

CULTURA ARGENTINA EM TEMPO DE PANDEMIA: A emergência em um setor com baixas defesas¹.

Marcelo Carlos Cebrián



Advogado formado pela Universidade Nacional de La Plata (UNLP-Argentina).

Pós- graduação em Gestão Cultural pela FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais).

Pós-graduação em Política Pública pela Universidade Nacional do Litoral (UNL-Argentina).

Gestor Cultural.

Artista.

E-mail: marcebrian66@gmail.com

¹ Esse texto, originalmente em espanhol, foi escrito em Bahia Blanca – Argentina, em setembro de 2020, e foi traduzido para o português por *Artur de Moraes Cavalcante* (Bacharelado em Direito) e *Julieta Sampaio Neves Aires* (Defensora Pública do Estado do Piauí e Mestranda em Direito), ambos vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais do PPGD da Universidade de Fortaleza - UNIFOR).

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

A pandemia desencadeada pelo coronavírus gera uma enorme crise em todo o mundo e, concentra-se no campo da cultura na Argentina, onde o desenlace continua a ser um enigma.

Em cada ambiente, as vozes mais esperançosas falam de concentrarem-se nas formas de reativação, uma vez que tudo passa. Outros, em contrapartida, interrogam se o futuro não envolverá uma transformação tão profunda que limpará do mapa uma boa parte da arte como era conhecida.

Em apenas alguns meses, a pandemia transformou a cultura num quebra-cabeças, do qual parece faltar hoje metade das peças. Os impulsos vitais germinaram desde o início do isolamento. O lançamento massivo de conteúdos digitais, entre eles filmes, séries, documentários, livros, peças de teatro, até pornografia; as entrevistas, recitais e festivais via *streaming*; aulas e oficinas virtuais; os encontros e a atividade física por meio de plataformas digitais; as exposições e venda de obras plásticas na web; o aumento intensivo de ouvintes de rádio. Ou os picos de audiência, até pouco tempo impensáveis, nas notícias televisivas; as visitas virtuais a museus ou circos internacionais; os milhares de memes, áudios e vídeos que circulam nas redes sociais; e tantos outros. Um novo quadro em que se manifesta a mesma necessidade intrínseca de compreender o que rodeia, por meio de relatos que alguém inventa. A busca de sentido de que também se alimenta esse alguém. E frente a esse poder inicial, em meio de uma crise social e econômica, a pergunta complicada que Sartre fez pouco depois de publicar “A Náusea”: para que servem os livros num mundo em que uma criança morre de fome?

E nos perguntamos, dado que o que aparece em primeiro lugar é a preocupação com empregos que se perdem, como tudo isto é atravessado pela cultura, no meio de uma situação excepcional, onde o consumo cultural é também uma salvaguarda. E as telas como grandes protagonistas. O que a pandemia revela então, em termos de consumo cultural, é a expansão de um mesmo cenário que sofreu mutações somente nas suas formas.

Para além do aumento na procura de informações sobre o vírus e tudo o que o rodeia, o instinto parece levar de volta ao que já é conhecido. Mas isso encontra rapidamente um freio no terreno virtual, onde ainda não foi construído um andaime firme para que os artistas possam rentabilizar qualquer uma das suas produções a partir dele. Com quase nenhuma possibilidade

de retribuição econômica pelo que é partilhado por meio de canais digitais, o apoio do Estado tornou-se o fio condutor da maior parte dos artistas e trabalhadores culturais.

Em meio a uma crise econômica, a cultura parece converter-se numa espécie de luxo. E isso também complica a intervenção do Estado. Neste cenário, juntamente à injeção de dinheiro por meio dele, que em cada espaço ainda é percebida como insuficiente, há também casos de espectadores e ouvintes que se dobram às reclamações e pagam aos artistas por meio de canais digitais, embora pareçam funcionar como exceção à regra.

A vida isolada foi também observada como um vórtice para a construção de uma sociedade cada vez mais midiaticizada por esta razão. Hoje em dia, os testemunhos dos tecnólogos são reproduzidos, assegurando que a explosão do consumo cultural através de uma tela, devido à pandemia, é apenas a antessala para o novo mundo. Uma primeira amostra global de como a realidade virtual e aumentada pode suplantar a experiência corporal.

De todo modo, há quem entenda que isso não será assim. As questões que se espalham entre os cientistas sociais apontam mais para quais foram os conteúdos mais consumidos durante a pandemia, como foram consumidos, o que se pode pensar a partir desses turnos sobre um suposto futuro distópico, que por vezes parece estar ao alcance da mão. O primeiro sintoma, talvez o mais óbvio, aparece com a avidez pelo conteúdo de notícias e comunicados oficiais. Algo que se tornou claro nos picos de classificação que as conferências do Presidente Alberto Fernández tiveram e têm. Ou na transformação dos noticiários nos programas mais vistos na televisão argentina.

E embora o “mundo simbólico da cultura”, aquele que se baseia na referência antropológico-comunitária, por razões óbvias, não paralisou a sua função, o chamado sector da criação, produção e circulação da arte paralisou. Assim, o mundo da música, do cinema e do teatro está quase paralisado, o que gera grande incerteza para milhares de trabalhadores do setor. Quase sempre, os trabalhadores com uma única remuneração, e que são obrigados a trabalhar na economia informal, são os que mais sofrem com esta grave situação.

No contexto do Covid-19, a cultura (num sentido lato que inclui a arte, mas que se refere principalmente aos sentidos que damos ao mundo e às nossas vidas, as formas de organização social, os valores, os direitos, as tradições, a relação com o ambiente) não é menos importante do que a economia ou a saúde. Na verdade, poderíamos dizer que o significado de saúde e economia são definidos na e pela cultura.

No início da pandemia na Argentina, os Ministros da Cultura da Nação, juntamente aos seus pares do Governo da Cidade de Buenos Aires e da Província de Buenos Aires, reuniram-se para desenvolver estratégias que mitigassem as consequências da pandemia. Começaram por implementar diferentes ferramentas digitais para assegurar o livre acesso em todo o país a múltiplas atividades artísticas e culturais as quais até não muito tempo era possível observar em salas, estádios, centros culturais, teatros e diferentes espaços. O estado, em alguns casos desesperantes, de muitos trabalhadores do setor, gerou o comprometimento dos gestores a analisar e impulsionar medidas econômicas para apoiar os diferentes setores culturais que são afetados direta ou indiretamente neste contexto de emergência sanitária. Mas sabe-se que a pandemia colocou muitas áreas da sociedade argentina num estado crítico, e, sem dúvida, a lista de necessidades no setor cultural é longa, uma vez que as mudanças impostas pelo isolamento social obrigatório deixam em aberto questões que vão desde o apoio econômico aos trabalhadores da cultura, até se esta continuará a ser entendida da mesma forma quando a “nova normalidade” regressar.

ALGUMAS INFORMAÇÕES:

Antes da pandemia, em outubro de 2019, já dispúnhamos de alguns dados, publicados pelo Ministério das Finanças, por exemplo:

- **A indústria cultural na Argentina representa 2,6% do valor agregado bruto (VAB), localizando-se acima de setores como a eletricidade, gás e água (2,1%) e hotéis e restaurantes (1,9%).**
- **As Indústrias Culturais representam uma parte significativa (mais de 40%) do emprego juvenil no país, e favorecem a criação de novas empresas e microempresas em todo o mundo.**
- **A Cidade de Buenos Aires, apresenta 25% do emprego registado. A Argentina gera mais de 400.000 postos de trabalho no sector da cultura, representando 1,5% do emprego total.**
- **O peso da cultura na economia está em ascensão, uma vez que de 2004 a 2019, não parou de crescer.**

Por outro lado, e após o decreto de isolamento em março, o Sistema de Informação Cultural da Argentina (SInCA) realizou uma pesquisa de alcance federal a fim de gerar

informações sobre os vários sectores da cultura na Argentina: os seus principais problemas e necessidades em geral e, em particular, neste contexto atual de isolamento preventivo obrigatório.

Foi publicado um relatório analisando o primeiro corte (final de junho/2020), no qual foram obtidas 15.260 respostas (13.019 pessoas e 2.241 organizações ligadas ao campo da cultura). Esta é a primeira vez que o SInCA realiza uma pesquisa de carácter exploratório, permitindo a identificar, entre aqueles que responderam à enquete, alguns dos perfis mais vulneráveis no contexto da pandemia e gerar dados de referência que facilitaram o desenho de estratégias e ferramentas de gestão.

Da coordenação foi relatado que dois dias após a divulgação do formulário, já contava com mais de 7000 respostas. Os resultados desta enquete do Sistema de Informação Cultural da Argentina (SInCA) revelam que três meses de quarentena na região AMBA (cidade e província de Buenos Aires), onde se concentra a maior parte do sector cultural local, não foram inofensivos. Mais de 13.000 pessoas de 19 a 49 anos e 2.200 responsáveis por organizações culturais responderam as perguntas sobre as principais questões enfrentadas pelo setor e as repercussões sociais e econômicas do isolamento social, preventivo e obrigatório (ASPO) provocadas pela pandemia de Covid-19. Esse último grupo inclui empresas comerciais que produzem bens e serviços culturais, cooperativas de trabalho, organizações comunitárias e espaços culturais tais como teatros, centros culturais, museus, livrarias, galerias de arte e salas de projeção.

De acordo com a Pesquisa Federal da Cultura, um em cada cinco trabalhadores do setor não foi pago pelo seu trabalho, não apenas na quarentena, mas incluindo o ano passado. Isto é agravado pelo fato de que um, a cada terceiro projeto, não era adequado para migração para a plataforma digital forçada. Podemos inferir que a situação é ainda pior, uma vez que a pesquisa foi administrada virtualmente, e só aceitou respostas daqueles que se viam como profissionais do setor: a grande maioria daqueles que procuram profissionalizar-se nele, não encontra as condições mínimas de sustentabilidade e muitos acabam por abandonar a sua vocação. A partir de meados de março, 38% dos consultados tiveram que cancelar as suas atividades planejadas e pouco mais de metade tentou adaptar o seu trabalho à modalidade virtual.

A respeito das organizações, 32% estavam atrasadas ou incapazes de pagar os serviços, 30% estavam atrasadas ou incapazes de pagar os salários, e 28% estavam atrasadas ou incapazes de pagar aos fornecedores. Quarenta e dois por cento destas organizações culturais realizaram

atividades em formato virtual. De acordo com a pesquisa do SInCA, no final de abril, menos de 20% dos gestores e artistas tinham solicitado subsídios e apoio estatal ou privado.

Em outro sentido, a transição para a virtualidade aparece na pesquisa como uma das principais estratégias para enfrentar a pandemia, havendo também aqueles que expressam que esta transformação é apenas parcialmente possível ou não é de todo viável. Por esta razão, o Ministério da Cultura da Nação tenta responder às particularidades de cada área, acompanhando os casos que começam a explorar a virtualidade para valorizar as suas produções culturais, mas também para dar respostas àqueles que não podem exercer virtualmente a sua atividade.

Fora dos grandes centros urbanos, como acontece com quase todas as desigualdades na Argentina, isto é tristemente acentuado. Para as autoridades do Ministério Nacional da Cultura, os efeitos da pandemia no sector cultural eram evidentes mesmo antes do decreto de isolamento obrigatório, e sabem que é inegavelmente um dos setores mais afetados e que será o que demorará mais tempo para se recuperar.

No caso da análise de dados, foi anunciada uma medição regional do impacto da COVID-19 na cultura, liderada pela Argentina, no âmbito dos países do Mercosul Cultural, com o apoio do BID, da Unesco, da SEGIB e da OEI.

O formato da pesquisa nacional do SInCA foi disponibilizado às províncias e municípios para que os governadores e prefeitos possam gerar os seus próprios relatórios. Está atualmente em curso um trabalho em colaboração com os governos provinciais e municipais para expandir o universo das regiões.

MEDIDAS IMPLEMENTADAS:

As principais medidas implementadas pelo Ministério da Cultura foram de apoio econômico, incluindo fundos para o programa Pontos de Cultura (50 milhões de pesos) e para o Fundo Desenvolver (30 milhões de pesos), destinados a espaços culturais. Para o setor das artes cênicas, foi implementado o Plano PODESTA do Instituto Nacional do Teatro (100 milhões de pesos), ao qual se somou o concurso "O Nosso Teatro" do Teatro Nacional de Cervantes, mediante o qual foram premiadas 21 peças curtas inéditas de autores nacionais com prêmios de 60.000 pesos; e as bolsas de estudo Sustener Cultura do Fundo Nacional para as Artes (ajuda até

20.000 pesos por requerente, embora o Fundo Nacional para as Artes não especifique o montante total a conceder, nem os critérios de avaliação para determinar o montante a atribuir).

Um caso à parte é a Convocação de Fomento Solidário do Instituto Nacional da Música (12 milhões de pesos), que em duas arrecadações distribuiu 1200 bolsas de 10 mil pesos para músicos que não têm rendimentos e não se qualificam para o IFE (Emergency Family Income), com o detalhe de que também foi aberto um Fundo de Solidariedade a partir da iniciativa do músico-luthier Oscar Fischer, para receber donativos de pessoas jurídicas e físicas, inaugurando um interessante sistema de segurança social *ad hoc* para artistas.

Também no caso do setor audiovisual esse tipo de articulação pode ser verificada, como o acordo assinado entre a Netflix e a Academia de Cinema para a implementação do Fundo de Ajuda à Indústria Cinematográfica e Audiovisual COVID-19 por 40 milhões de pesos, que será distribuído entre o pessoal técnico da indústria afetada pela pandemia no montante de 35 mil pesos por pessoa, ou o acordo assinado pelo Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais com a União da Indústria Cinematográfica Argentina para fazer uma contribuição extraordinária de 6 milhões de pesos à obra social do pessoal da indústria.

Além disso, o Ministério da Cultura assinou um acordo com o setor editorial (Fundação O Livro e a Câmara Argentina do Livro e a Câmara de Publicações) mediante o qual se duplicou o orçamento (quase 50 milhões de pesos) para o tradicional programa Livro% por meio do qual a Comissão Nacional das Bibliotecas Populares apoia as bibliotecas populares para a compra de livros durante a Feira do Livro.

A destas medidas de ajuda direta, temos de acrescentar as diferentes ações de produção e difusão de conteúdos digitais das distintas repartições públicas, e de uma miríade de artistas e produtores culturais, que solidariamente disponibilizaram as suas produções. Também o setor mais formalizado das indústrias culturais começou a estruturar as suas ofertas de consumo digital com a venda de bilhetes de acesso ou como medidas promocionais, como é o caso do renovado Quilmes Rock, e que suscitou um interessante debate sobre as taxas de direitos do autor aplicáveis a este tipo de eventos a partir de uma comunicação da Sociedade Argentina de Autores e Compositores de Música.

Por outro lado, as abundantes produções audiovisuais sobre as quais o Estado tem direitos de exibição foram organizadas no canal Cine.ar do Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais e na plataforma Cont.ar. Além disso, destaca-se a estruturação de um espaço orientado para a formação em linha com a reconversão da plataforma La Cultural para o novo

espaço FORMAR. A nova oferta inclui propostas do Ministério da Cultura da Nação, mas também de universidades e espaços ligados à Rede Argentina de Gestão Cultural, bem como todas as publicações das edições do RGC, que estão disponíveis para download.

Existem também algumas medidas que vão para além do quadro das políticas culturais, mas que é importante mencionar devido ao papel de liderança que o Ministério da Cultura, ou os organismos a ele ligados, têm desempenhado na sua implementação. O mais marcante de tudo é a reconversão de Tecnópolis como centro de saúde, onde foram disponibilizadas 2500 camas para a hospitalização de pacientes com COVID-19 leve, que felizmente ainda não tiveram de ser utilizadas. Na mesma linha, podemos mencionar o acordo entre os Ministérios da Cultura e da Educação a partir do qual as instalações do Museu de Malvinas e Educar SE foram disponibilizadas para a instalação de 1000 impressoras 3D que produzem entre 6.000 e 7.000 máscaras faciais por dia para o pessoal das forças de saúde e segurança. Nesta linha de articulação entre atores do ecossistema cultural e do sistema de saúde, talvez o exemplo mais interessante seja o acordo assinado entre o Teatro Nacional Cervantes com o Ministério do Desenvolvimento Comunitário da Província de Buenos Aires e as Câmaras de Empresários Têxteis para a reconversão das oficinas de confecção de figurinos do teatro para a produção de máscaras destinadas à distribuição para os sectores vulneráveis da província de Buenos Aires. A proposta, elaborada pelo pessoal do teatro, conseguiu integrar um circuito produtivo que fabrica mais de mil máscaras por dia.

Por outro lado, alguns governos locais também lançaram políticas de apoio ao sector cultural. Em alguns casos as medidas são de apoio econômico, tais como a edição extraordinária do Fundo Metropolitano para a Cultura, Artes e Ciências da Cidade Autônoma de Buenos Aires, com um orçamento de quase 40 milhões de pesos para apoiar projetos de criação, formação ou capacitação, ou funcionamento de espaços culturais; a chamada "Mi vida en Cuarentena" com um investimento de 350 mil pesos, mediante o qual o Governo da Província de Buenos Aires concedeu apoio financeiro de 8 mil pesos a 363 artistas que desejam partilhar conteúdos digitais com propostas criativas, por meio de redes sociais e outras plataformas culturais da Província; e casos como o Fundo Provincial de Solidariedade para a Cultura 2020, do Governo da Província de Chaco, que dispôs em benefício do setor, 10% do total das contribuições recebidas de todos os projetos que têm Mecenato.

Noutros casos, as medidas têm a ver com o estímulo às indústrias culturais, tais como a feira virtual "Finde" organizada pelo Governo da Província de Buenos Aires, onde diferentes sectores da indústria cultural provincial puderam promover e vender os seus produtos.

Por sua parte e em apoio às pessoas físicas, foram tomadas medidas por meio da Diretoria Nacional da Segurança Social (ANSES):

- **Créditos de financiamento à taxa zero para contribuintes únicos e trabalhadores independentes**
- **Rendimento familiar de emergência (IFE)**
- **Extensões para pagamento e congelamento dos preços de aluguéis**
- **Suspensão do encerramento de contas bancárias - Prazos**
- **Cartão Alimentar - Subsídio**
- **(ATP) Programa de Assistência ao Trabalho e Produção de Emergência para empregadores e trabalhadores afetados pela emergência sanitária.**
- **Benefícios de desemprego**

Em apoio às pessoas jurídicas, a Administração Federal das Receitas Públicas (AFIP) - Entidades Jurídicas - tomou as seguintes medidas:

- **Abstenção da interrupção dos serviços em caso de mora ou não pagamento**
- **Empréstimos a pequenas e médias empresas**
- **Prorrogação de contratos e congelamento dos preços de aluguéis**
- **Suspensão de encerramentos de contas bancárias**
- **Regime de facilidades de pagamento**
- **Alíquota reduzida para contribuições patronais - Tributo**
- **Desoneração da exportação de até US \$ 50 milhões – Tributo IVA: Pagamento no prazo de 90 dias e certificado de não retenção – Tributo**

A GESTÃO DA CULTURA EM DIREÇÃO À NOVA “NORMALIDADE”.

Podemos dizer que, no caso das políticas culturais, a emergência sanitária revelou problemas estruturais do sector cultural no nosso país. Sem dúvida, não é a mesma coisa enfrentar esta emergência com um Ministério da Cultura do que sem ele, não há discussão sobre isso.

Mas é importante reconhecermos que a crise do setor cultural é anterior e muito profunda. A Informalidade laboral, a desigualdade e a concentração do mercado cultural, e a falta de cooperação intra e intersectorial são algumas das consequências emergentes dos últimos anos de governo, sem maior institucionalidade cultural. Argentina conta com uma enorme riqueza e diversidade cultural, bem como um importante, embora não compendiado, conjunto de regras para a proteção e promoção de atividades culturais, certamente perfectíveis e com lacunas, mas uma das mais sólidas da nossa região. Além disso, uma classe artística muito mobilizada e ativa, cuja militância tornou possível a discussão e a sanção de uma grande parte dessas leis.

Contudo, o último Plano Nacional de Cultura elaborado naufragou no ocaso do século XX, há vinte e cinco anos atrás. Sem julgar este plano e a forma como foi elaborado, mesmo com os problemas que as políticas culturais não participativas, nunca pudemos, desde então, contar com um Plano de Desenvolvimento Cultural que nos permitisse ultrapassar a mediocridade das administrações governamentais.

Mas talvez hoje, e no contexto da emergência sanitária, tenhamos a oportunidade de rever isto. O Professor Rubens Bayardo diz frequentemente que quando iniciou a sua pesquisa no terreno, era muito comum que as pessoas as quais entrevistou lhe dissessem que a ação ou a gestão não lhes deixavam tempo para reflexão. Se hoje o mundo parou, e com ele a possibilidade de ação, seria muito interessante se pudéssemos aproveitar o momento para cobrar das atuais administrações governamentais para que se empenhem na reflexão. E aqui vem uma pergunta que ainda não foi explicitada, mas que já está em trânsito nos nossos sentimentos diários: qual é o papel da gestão cultural na nova “normalidade”?

Sem dúvida, e fiel ao nosso espírito, creio que o processo para responder a esta pergunta já está em curso, com diferentes níveis e intensidades, e a partir de diferentes dispositivos. Em primeiro lugar, na recuperação de uma gestão cultural estatal que esteja à altura das circunstâncias. A recuperação do Ministério da Cultura tem sido um dos melhores exemplos disso, o que tornou possível colocar uma quantidade significativa de recursos para conter a crise dos espaços culturais e, em menor escala, dos trabalhadores da cultura. Muito mais tímida tem

sido a reação dos governos locais, que, com exceção de algumas escassas medidas, não se têm mostrado à altura das necessidades, especialmente dos governos da Cidade e Província de Buenos Aires. A resposta do Conselho Federal da Cultura também tem sido inexistente, e isto é algo com que devemos lidar em algum momento.

Em segundo lugar, na gestão cultural de transição, podemos ver o quão rapidamente os setores mais profissionalizados das indústrias culturais começaram a conceber novas ações e formatos adaptados à rede, tornando possível gerar receitas através da venda de bilhetes e outras formas de monetização, e mesmo elaborar protocolos para o retorno de atividades em locais onde a evolução da pandemia o permita.

E em terceiro lugar, nas inúmeras reuniões, fóruns, conferências e simpósios realizados online para discutir gestão cultural, políticas culturais, direitos culturais e afins. Estes encontros têm uma vasta gama de participantes do campo, incluindo pessoas envolvidas na gestão pública, produção cultural ou pesquisa, o que produz um interessante cruzamento de perfis e experiências para a discussão sobre o papel da gestão cultural na nova “normalidade”.

AS LUZES E AS SOMBRAS

Enquanto os hábitos e relações entre as pessoas estão em transformação, enquanto as escolas, o principal dispositivo de inclusão e equalização social, estão fechadas, enquanto vemos uma reformulação do Estado em todas as suas funções, uma profunda crise dos sistemas econômicos; os artistas, produtores, gestores e outros, que de repente se tornaram incapazes de trabalhar, foram os primeiros a afirmar que as instituições não devem tornar-se museus de si próprias. Este momento exige, portanto, a valorização da cultura, a realização de um plano estratégico articulado com os outros planos de crise dos governos provinciais e municipais: um plano que contempla a emergência cultural, com programas que preveem ações imediatas para enfrentar este período e ações para o “dia seguinte”.

Para tal, acreditamos que os organismos devem assumir a responsabilidade de conceber mecanismos e procedimentos que garantam a participação da comunidade neste processo. Isto implica convocar e coordenar grupos de trabalho multissetoriais e multidisciplinares que permitam a construção de planos com diversas perspectivas, experiências e propostas: profissionais de gestão cultural e representantes de diferentes áreas de governo, mas também representantes dos diferentes sectores de atividades culturais, centros culturais e comunitários, organizações sociais, comunidades, organizações de direitos humanos, etc.

É tempo de superar o paradigma da cultura como matéria exclusiva de especialistas culturais, dos espaços e recursos públicos como patrimônio exclusivo das instituições públicas. A emergência exige outras categorias e outras formas de gestão e dá-nos uma oportunidade única de enfrentar esta mudança.

Esta participação não será possível ou sustentável, num contexto de crise, sem políticas de saúde e políticas econômicas, mas também sem políticas de contenção, coexistência, reconhecimento e participação, ou seja, políticas culturais.

A tarefa principal durante a emergência será então desenvolver políticas culturais para a (re)criação da cultura em dias de pandemia: a reconstrução do tecido social e das relações sob novas formas de organização da vida, a convivência pacífica e a tolerância, a cultura do cuidado mútuo e do cuidado com o ambiente, e da solidariedade.

Estes dias assistimos a disputas simbólicas, lutas sobre o significado da pandemia e suas consequências, que são disputas sobre a cultura: como a sociedade deve ser organizada com base neste evento, como devemos interpretar e viver este momento e o futuro.

Por meio de políticas culturais é possível promover a interpretação e produção de discursos alternativos das comunidades, que podem intervir nas disputas por os novos sentidos da cultura. É necessário, portanto, redefinir o termo e desenvolver uma tipologia própria, contextualizada e atual. Caso contrário, como poderiam ser concebidas políticas adequadas para o sector face à emergência? Como poderiam as áreas governamentais interceder para interpretar o sector e adaptar as políticas públicas para as incluir? Se os significados são produzidos na cultura, as indústrias culturais podem contribuir para a produção e circulação de outras narrativas, outros pontos de vista. Aquilo a que chamamos “indústrias culturais” são também indústrias de encontro, de intercâmbio, de experiência, do coletivo, de gozo, do corpo, da comunidade, do público. Palavras que entraram em crise com a pandemia e que é indispensável reformular: conceber novas formas de comercialização e consumo de bens culturais, mas sobretudo para valorizá-los como instâncias de construção do comum, da humanidade.

Os artistas, por meio de seu trabalho, recriam a cultura, nos interpelam sensorialmente e intelectualmente, dão-nos outras ferramentas para pensar e ressignificar a cultura em tempos de pandemia. Em um momento em que o nosso sistema de pensamento está dominado pela crise, a arte oferece-nos outras formas de compreender o que nos está a acontecer e de imaginar futuros. As políticas públicas devem atender, neste momento, à cultura, no sentido amplo que a

reconhecemos, e ao sector produtivo da cultura em particular, como uma engrenagem na usina de sentidos que é a cultura. Mas deve fazê-lo também porque este sector se desenvolve num campo de grandes desigualdades, de escassa regulamentação, composto por trabalhadores que, na sua maioria, exercem a sua atividade em condições de informalidade e de emprego precário. Neste sentido, as áreas de governo têm uma dupla tarefa: levar a cabo políticas para o desenvolvimento da economia da cultura e, ao mesmo tempo, interpretar as condições particulares do sector; adaptar as políticas, permitindo o acesso dos criadores culturais para apoiar programas de sustento durante a emergência.

E nesse registro, propomos uma modalidade de colaboração permanente, constitutiva da prática cultural comunitária que tem de ser um modelo para a prática política. Devemos insistir na escuta e na geração de laços de cidadania afetiva, a fim de deixarmos de perceber o sector como uma máquina de venda de conteúdos, e nos reposicionarmos como trabalhadores do sentido numa trama que inclui inexoravelmente o social e o político. Assim, esta pode ser a desculpa necessária para avançar num Plano Estratégico sempre atrasado para o sector que pode ser construído coletivamente com a cidadania e as organizações da cultura como sector produtivo, atendendo não exclusivamente aos negócios deste último, nem à própria reprodução endogâmica dos circuitos artísticos, mas priorizando o pleno exercício dos direitos culturais de todos os envolvidos.

Em tempos de pandemia, mais do que nunca, há necessidade de políticas culturais com uma perspectiva de direitos e centradas em garantir o mínimo dano possível a toda a comunidade.

SITES CONSULTADOS

MINISTÉRIO DA ECONOMIA: <https://www.argentina.gob.ar/economia>

SinCA (SISTEMA DE INFORMAÇÕES CULTURAIS DA ARGENTINA): <https://www.sinca.gob.ar/>

MINISTÉRIO DA CULTURA DA NAÇÃO: <https://www.cultura.gob.ar/>

Artigo de Juan Ignacio Muñoz de 3 de Maio de 2020: <https://www.pagina12.com.ar/263527-cultura-en-dias-de-pandemia>

Artigo de Federico Escribal de 9 de Setembro de 2020:
<https://www.elpaisdigital.com.ar/contenido/derechos-culturales-yagenda-legislativa/28235>